



**Sindicato dos Servidores da Justiça  
de 2ª Instância do Estado de Minas Gerais**

- Fundado em 5/6/1989 -

**URGENTE**

Ofício Sinjus nº 121/2017

Assunto: Informa a suspensão da greve.

Belo Horizonte, 22 de novembro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor  
Desembargador **Herbert José Almeida Carneiro**  
DD. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Senhor Presidente,

O Sindicato dos Servidores da Justiça de 2ª Instância do Estado de Minas Gerais (SINJUS-MG), representante dos servidores dos Tribunais de Justiça e Justiça Militar, nos termos dos artigos 5º, inciso XXXIV, alínea "a", c/c art. 8º, inciso III, da Constituição da República, vem, perante Vossa Excelência, informar que:

Em Assembleia-Geral Extraordinária realizada no dia **21/11/2017**, os servidores da 2ª Instância do Poder Judiciário de Minas Gerais decidiram:

- **Aceitar** o cronograma de aprovação dos projetos de lei proposto pelo Tribunal de Justiça na reunião do dia 20/11/2017 (vide ata anexa), propondo a inversão da ordem de votação dos projetos de lei no Órgão Especial, da seguinte forma:
  - a) **Votar, na sessão do Órgão Especial do dia 13/12/2017**, o anteprojeto de lei que institui aos auxílios-saúde e transporte com o envio imediato da proposta, na forma original, ao Poder Legislativo;
  - b) **Votar, até a segunda sessão ordinária do Órgão Especial de 2018**, o anteprojeto de lei da data-base de 2017, com o percentual proposto pelo TJMG de 3,2%. Contudo, caso mantida a proposta orçamentária original de 2018 aprovada pelo Órgão Especial, que o Tribunal se comprometa a retificar o percentual para, no mínimo, 4,08%, conforme reivindicado em ofício-conjunto dos sindicatos, em observância ao índice de inflação registrado no período de maio/2016 a abril/2017 (IPCA).
- Em razão do cronograma das negociações supramencionado, **suspender a greve** parcial iniciada no dia 21/11/2017, ficando desde já agendada nova Assembleia-Geral dos Servidores da Segunda Instância para o dia 14/12/2017 a fim de avaliar o cumprimento do cronograma pactuado.



## Sindicato dos Servidores da Justiça de 2ª Instância do Estado de Minas Gerais

- Fundado em 5/6/1989 -

- Por fim, a categoria **requer o abono de ponto** dos servidores que aderiram ao movimento grevista no dia 21/11, em prestígio à evolução das tratativas construídas. Compromete-se o SINJUS a encaminhar o ponto paralelo que atesta a real adesão ao movimento.

Esclarece-se que a proposta de inversão da votação acima mencionada baseia-se na possibilidade de manutenção da Proposta Orçamentária do Poder Judiciário de 2018 (PO 2018), nos termos aprovados pelo Órgão Especial, em decorrência da impetração do Mandado de Segurança nº 1.0000.17.095163-6/000. Caso mantida a PO 2018 originalmente apresentada pelo TJMG, será possível a concessão de índice de data-base maior do que o atualmente apresentado pela Administração do TJMG.

Ademais, no que tange os auxílios-saúde e transporte, trata-se de uma pauta pretérita à data-base de 2017 – inclusive objeto de acordo assinado há mais de um ano (vide atas anexas) – não havendo, pois, nenhum óbice à votação imediata no Órgão Especial, já que o projeto foi aprovado, por unanimidade, pela Comissão Administrativa do TJMG em 13/11/2017.

Os servidores esclarecem que continuam sempre abertos ao diálogo e se mantêm mobilizados e em vigília pelo respeito aos seus direitos, esperando que as negociações com o TJMG possam evoluir satisfatoriamente e que sejam sempre pautadas na transparência, no diálogo sincero e, **sobretudo, no cumprimento dos acordos efetivados.**

Respeitosamente,

  
Wagner de Jesus Ferreira  
Coordenador-Geral do SINJUS-MG



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

Secretaria Especial da Presidência – Comissões Permanentes

**ATA DA REUNIÃO**

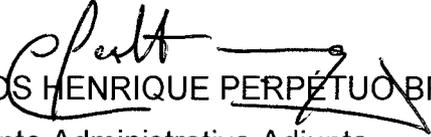
Aos 20 de novembro de 2017, às 13:30, reuniram-se o Desembargador Carlos Henrique Perpétuo Braga, Superintendente Administrativo Adjunto do Tribunal de Justiça, o Assessor Especial da Presidência, Renato Cardoso Soares, o Assessor Técnico Hilton Secundino Alves, o representante do Sindicato dos Servidores da Justiça de 2ª Instância - SINJUS, Wagner de Jesus Ferreira, a representante do Sindicato dos Servidores da Justiça de Primeira Instância de Minas Gerais – SERJUSMIG, Sandra Margareth Silvestrini de Souza, o representante do Sindicato dos Oficiais de Justiça Avaliadores do Estado de Minas Gerais – SINDOJUS/MG, Igor Leandro Teixeira e o Assessor Técnico dos sindicatos, Thiago Rodarte. Abertos os trabalhos, o Des. Carlos Henrique agradeceu aos presentes e esclareceu que o motivo da reunião é dar prosseguimento ao diálogo sobre a revisão anual de vencimentos e proventos dos servidores (data-base). Destacou os avanços decorrentes desse diálogo e da transparência adotados como parâmetro de conduta da atual gestão. Relembrou os esclarecimentos já prestados às entidades sindicais nos encontros anteriores, indicando como possível o percentual máximo de revisão de 3,2% (três vírgula dois por cento). Apresentou, ainda, proposta do encaminhamento de projeto com esse percentual às comissões salarial e de orçamento do Tribunal, devidamente acompanhados dos esclarecimentos sobre as providências de suplementação orçamentária, que serão necessárias para fazer frente à despesa. Informou ainda que, aprovado nas comissões, o projeto será apresentado ao Órgão Especial em sessão do dia 13/12/2017 e, aprovado nesta, será encaminhado à Assembleia Legislativa. Informou que também o projeto dos auxílios saúde e transporte será apresentado ao Órgão Especial, até a sua segunda sessão ordinária de 2018. Sandra Silvestrini ratificou sua posição, registrada na reunião anterior, de que foi autorizada, em assembléia da categoria, a manifestar concordância com o índice considerado possível, no entendimento da assessoria técnica do SERJUSMIG, desde que ocorresse neste ano, como assumiu a direção do Tribunal, nesta data. Wagner Ferreira reafirmou a necessidade de apresentar a proposta à assembléia do SINJUS, o que, de acordo com o respectivo estatuto, pode ser providenciado até o dia 22/11/2017. Externou a sua opinião pessoal de que a proposta é defensável, comprometendo-se a apresentar a resposta do sindicato, tão logo seja apreciada pela categoria. Sandra Silvestrini manifestou, ainda, sua concordância com o índice, considerando que o percentual apresentado é próximo do estimado pelo Sindicato. Concordou também com o cronograma de inclusão da data-base no Órgão Especial em 13/12/2017, dentro da delegação que lhe foi conferida em assembléia da categoria. Wagner Ferreira comprometeu-se a submeter à Assembleia Geral da categoria, até o dia 22/11/2017, a proposta apresentada, reiterando a sua disposição de fazer a sua defesa perante a assembleia geral, considerando, ainda, a informação de que a proposta dos auxílios aprovada na Comissão Administrativa preserva o seu conteúdo original. Igor Teixeira também manifestou a concordância do SINDOJUS quanto ao índice proposto,



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

Secretaria Especial da Presidência – Comissões Permanentes

comprometendo-se a defendê-lo em AGE, que ocorrerá no dia 25/11/2017. O Des. Carlos Henrique afirmou que, considerando o entendimento havido nesta reunião, aguardará a deliberação da assembleia, antes de proceder à contranotificação ao SINJUS, relativamente à comunicação de greve feita por aquela entidade sindical, se for o caso. Nada mais havendo, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente, que vai assinada por todos os presentes.

  
Desembargador CARLOS HENRIQUE PERPÉTUO BRAGA

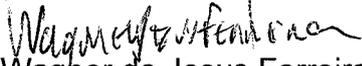
Superintendente Administrativo Adjunto  
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

  
Renato Cardoso Soares

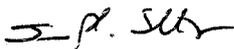
Secretário Especial da Presidência

  
Hilton Secundino Alves

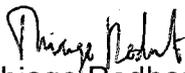
Assessor Técnico

  
Wagner de Jesus Ferreira

SINJUS-MG

  
Sandra Margareth Silvestrini de Souza

SERJUSMIG

  
Thiago Rodharte

Assessor Técnico/DIEESE

  
Igor Leandro Teixeira

SINDOJUS-MG



### ATA DE REUNIÃO

Aos 06 de setembro de 2016, às 10h30, reuniram-se o Desembargador Carlos Henrique Perpétuo Braga, Superintendente Administrativo Adjunto do Tribunal de Justiça, o Secretário Especial da Presidência, Renato Cardoso Soares, a Secretária de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional do Tribunal de Justiça, Daniela Arantes Corrêa, a Secretária da Presidência, Mariana Alves de Brito Magalhães, o Diretor Executivo de Finanças e Execução Orçamentária, Eduardo Henrique Alves de Paula e Assessor Técnico de Planejamento, Hilton Secundino Alves, inicialmente designados pelo Presidente do Tribunal para as tratativas com o Sindicato. Presentes o Advogado-Geral Adjunto do Estado, Sérgio Pessoa de Paula Castro, e o Procurador do Estado, Daniel Cabaleiro Saldanha. Presentes, também, os representantes do Sindicato dos Servidores da Justiça de 2ª Instância - SINJUS, Alexandre Paulo Pires da Silva e Robert Wagner França, e a Advogada do SINJUS, Dr.<sup>a</sup> Camila dos Santos Magalhães. Abertos os trabalhos, o Des. Carlos Henrique esclareceu a todos que o objetivo da reunião, para a qual foram convocados os representantes sindicais acima mencionados, é o de apresentar a estes últimos as propostas da Presidência do Tribunal de Justiça, em relação às reivindicações constantes do Ofício Sinjus nº 104/2016, em defesa das quais os servidores acenam com a possibilidade de iniciar movimento grevista, a partir do dia 14 de setembro de 2016. Esclareceu que as propostas a serem agora apresentadas foram construídas sob a orientação da Presidência do Tribunal, de que se buscasse o melhor atendimento possível às reivindicações dos servidores, considerando-se o limite de recursos disponíveis. Em seguida, detalhou as seguintes propostas:

1. DATA BASE: revisão de 3% (três por cento) dos vencimentos e proventos retroativos a maio/2016. O pagamento será iniciado em outubro de 2016, após a edição da Lei autorizativa, e os valores retroativos serão quitados em duas parcelas, pagas em janeiro/2017 e março/2017;
2. AUXÍLIO-SAÚDE: será enviado projeto de lei criando o benefício a partir janeiro de 2017. Os valores serão regulamentados por ato do Poder Judiciário, inicialmente nos seguintes montantes: servidores até 40 anos de idade: R\$ 200,00 mensais; servidores entre 41 e 50 anos de idade: R\$ 250,00 mensais; servidores com 51 anos de idade, ou mais: R\$ 300,00 mensais;
3. AUXÍLIO-TRANSPORTE: será enviado projeto de lei criando o benefício a partir janeiro de 2017. Os valores serão regulamentados por ato do Poder Judiciário, podendo ser adotadas as seguintes alternativas: R\$

Assinaturas manuscritas dos participantes da reunião, incluindo o nome "Camila S. M." visível no canto inferior direito.

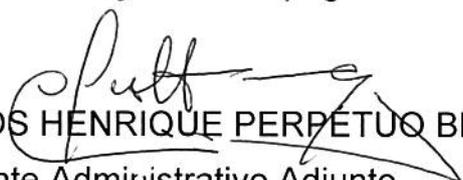


Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

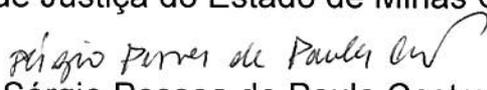
Secretaria Especial da Presidência – Comissões Permanentes

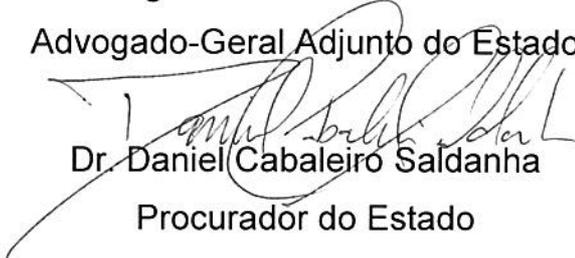
200,00 mensais somente para os servidores que tiverem padrão de vencimento até o PJ 58, ou R\$ 150,00 mensais para todos os servidores.

O SINJUS apresentou 5 (cinco) propostas alternativas, que ficam anexadas à presente ata, dela fazendo parte integrante, e que serão submetidas à avaliação da equipe técnica do Tribunal de Justiça. A conclusão do Tribunal sobre as propostas apresentadas será exposta em nova reunião agendada para o dia 26/09/2016, às 10 horas. O Dr. Daniel Cabaleiro indagou se qualquer uma das propostas apresentadas seria de plena aceitação pelos representantes sindicais. Alexandre Pires ressaltou que as propostas foram construídas pela Direção do Sinjus e pela sua Assessoria Técnica, com fundamento em dados disponíveis no Portal do Tribunal de Justiça, mas que devem ser levadas ao conhecimento e aprovação pela categoria, em assembleia. Solicitou, ainda, que fossem repassados ao Sindicato os dados técnicos (metodologia), que embasaram as propostas do Tribunal, o que será feito pela Secretária de Planejamento, Daniela Corrêa, após ciência do Presidente do Tribunal. As informações serão entregues até o dia 12/09/2016. Alexandre Pires reiterou solicitação já constante de ofício encaminhado à Presidência do Tribunal, no sentido de que seja retirada da pauta do Órgão Especial, relativa ao dia 14/09/2016, a apreciação da matéria relativa ao Plano de Carreiras dos Servidores, ressaltando que esse tópico integra as propostas apresentadas nesta reunião e constantes da pauta de reivindicações de greve. O Sindicato também deverá apresentar, até o dia 12/09/2016, as premissas de cálculo utilizadas para construir as propostas apresentadas. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão, da qual lavrou-se esta ata, que vai assinada por todos os presentes e será publicada pela entidade sindical e pelo Tribunal de Justiça em sua página de Intranet.

  
Desembargador CARLOS HENRIQUE PERPÉTUO BRAGA

Superintendente Administrativo Adjunto  
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

  
Dr. Sérgio Pessoa de Paula Castro  
Advogado-Geral Adjunto do Estado

  
Dr. Daniel Cabaleiro Saldanha

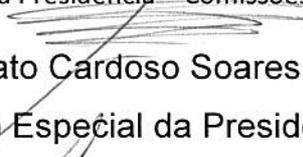
Procurador do Estado





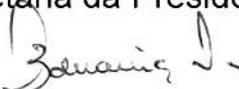
Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

Secretaria Especial da Presidência – Comissões Permanentes

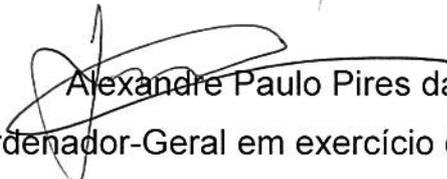
  
Renato Cardoso Soares  
Secretário Especial da Presidência

  
Daniela Arantes Corrêa  
Secretária de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional

  
Mariana Alves de Brito Magalhães  
Secretária da Presidência

  
Eduardo Henrique Alves de Paula  
Diretor Executivo de Finanças e Execução Orçamentária

  
Hilton Secundino Alves  
Assessor Técnico de Planejamento

  
Alexandre Paulo Pires da Silva  
Coordenador-Geral em exercício do SINJUS-MG

  
Robert Wagner França  
Diretor de Formação Político-Sindical do SINJUS-MG

  
Camila dos Santos Magalhães  
Advogada do SINJUS



## PROPOSTA SINJUS-MG:

1)

- 5% para a data-base 2016, conforme previsto na Lei 21.971/16, Lei Orçamentária Anual;
- Auxílio-saúde de R\$ 700,00 para ativos e aposentados ambos a partir de maio deste ano, nos moldes da Res. 207/2015 do CNJ;
- Destinação de 12,78% para data-base na Proposta Orçamentária referente ao ano de 2017, sendo o percentual, a diferença entre 11,22% devido no exercício de 2016, mais 6,5% conforme previsto pelo Banco Central;
- Rediscussão do plano de carreiras, com participação efetiva dos sindicatos e destinação de 0,5% do orçamento para o plano de carreira dos servidores;
- Pagamento do Auxílio-transporte R\$ 300,00
- Redução da jornada de trabalho para seis horas.



Handwritten signatures and initials, including the name "Lomila S.M." at the bottom.

## PROPOSTA SINJUS-MG:

2)

- 3,41% para a data-base 2016;
- Auxílio-saúde de R\$ 860,00 para ativos e aposentados ambos a partir de maio deste ano, nos moldes da Res. 207/2015 do CNJ;
- Destinação de 12,78% para data-base na Proposta Orçamentária referente ao ano de 2017, sendo o percentual, a diferença entre 11,22% devidos no exercício de 2016, mais 6,5% conforme previsto pelo Banco Central;
- Rediscussão do plano de carreiras, com participação efetiva dos sindicatos e destinação de 0,5% do orçamento para o plano de carreira dos servidores;
- Pagamento do Auxílio-transporte R\$ 300,00
- Redução da jornada de trabalho para seis horas.



Comissão S.M.



## PROPOSTA SINJUS-MG:

3)

- 3,41% para a data-base 2016;
- Auxílio-saúde de R\$ 860,00 para ativos e aposentados ambos a partir de maio deste ano, nos moldes da Res. 207/2015 do CNJ;
- Inclusão de 6,5% para data-base na proposta orçamentária para o ano de 2017, conforme IPCA projetado pelo Banco Central.
- 7,53% referente a Data-base (maio a dez 2016), com pagamento a partir de janeiro de 2017, a incidir no orçamento de 2017, como restos a pagar de pessoal;
- Rediscussão do plano de carreiras, com participação efetiva dos sindicatos e destinação de 0,5% do orçamento para o plano de carreira dos servidores;
- Pagamento do Auxílio-transporte R\$ 300,00
- Redução da jornada de trabalho para seis horas.

*Camila S.M.*  
*J. Costa*  
*Jun.*  
*B. L.*  
*[Signature]*  
*[Signature]*  
*[Signature]*

## PROPOSTA SINJUS-MG:

4)

- 3,41% para a data-base 2016;
- Auxílio-saúde de R\$ 1.125,00 para ativos e aposentados ambos a partir de maio deste ano, nos moldes da Res. 207/2015 do CNJ;
- Inclusão de 6,5% para data-base na proposta orçamentária para o ano de 2017, conforme IPCA projetado pelo Banco Central.
- Rediscussão do plano de carreiras, com participação efetiva dos sindicatos e destinação de 0,5% do orçamento para o plano de carreira dos servidores;
- Pagamento do Auxílio-transporte R\$ 300,00
- Redução da jornada de trabalho para seis horas.

*Camila S.R.*



The image contains several handwritten signatures and scribbles. At the top right, the name 'Camila S.R.' is written in cursive. Below it, there are several large, stylized signatures, some of which appear to be initials or names. At the bottom, there is a large, horizontal scribble that looks like a signature or a mark.

## PROPOSTA SINJUS-MG:

5)

- 3,41% para a data-base 2016;
- Auxílio-saúde de R\$ 1.440,00 para ativos e aposentados ambos a partir de maio deste ano, nos moldes da Res. 207/2015 do CNJ;
- Inclusão de 4,5% para data-base na proposta orçamentária para o ano de 2017, conforme centro da meta do Banco Central;
- Rediscussão do plano de carreiras, com participação efetiva dos sindicatos e destinação de 0,5% do orçamento para o plano de carreira dos servidores;
- Pagamento do Auxílio-transporte R\$ 300,00
- Redução da jornada de trabalho para seis horas.

*Camila S.M.*  
*J. Costa*  
*J.M.*  
*30/11*  
*[Signature]*  
*[Signature]*